

ACTA NÚMERO CINCO

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO.

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas 15:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Manuel Tomás Geraldês comigo, António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Eduardo Carlos dos Reis Gomes, José Proença Gonçalves, Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro e Isaura Freitas Ferreira.

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D` Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves e Maria Manuela Martins Sampaio.

Eleitos da CDU: Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria e Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas.

Presidentes de Juntas eleitos do PSD: Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 20 presenças.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs que a ordem do dia fosse alterada com a inclusão do ponto 4.7 Eleição dos Membros da Assembleia Municipal de Belmonte na Comissão Intermunicipal de acordo com o artigo 11.º, da Lei 5/2008.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade aprovar a alteração à Ordem de Trabalhos.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação das actas das sessões anteriores;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
- 4.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
- 4.2 – Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2008;
- 4.3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2009;
- 4.4 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009;
- 4.5 – RTSE – Região de Turismo da Serra da Estrela – Proposta de Estatutos do Turismo da Região da Serra da Estrela;
- 4.6 – Aprovação de Alteração de Estatutos da CORMUBEIRAS;
- 4.7 – Eleição dos Membros da Assembleia Municipal de Belmonte na Comissão Intermunicipal de acordo com artigo 11 da Lei 45/2008.
- 5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM DEZANOVE DE SETEMBRO DE 2008

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 19 de Setembro de 2008, tendo dado a palavra aos Senhores Deputados para as devidas correcções.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em dezanove de Setembro de 2008.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias (PSD):

Apresentação de Voto de Congratulação:

“A Bancada do Partido Social Democrata, vem nos termos da alínea e), do artigo 16º, do Regimento desta Assembleia Municipal, apresentar um voto de congratulação, pela nomeação do Exmo. Senhor Dr. Manuel Tomás Geraldês, para o alto cargo de Director Executivo do Agrupamento dos Centros e Extensões de Saúde da Cova da Beira.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

“Agradeço este voto de congratulação por parte da bancada do PSD, também me sinto muito honrado em exercer estas funções, uma vez que represento o concelho de Belmonte, e sendo o concelho mais pequeno dos três, Fundão, Covilhã e Belmonte, não estava à espera que este cargo fosse atribuído ao Director do Centro de Saúde mais pequeno. Aquilo que me proponho a fazer no exercício destas funções é defender sempre os interesses do concelho de Belmonte, particularmente no que diz respeito à saúde.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Pinheiro (CDU) apresentou uma Declaração Política:

Declaração Política:

“Propostas do PCP na Assembleia da República para melhorar Um PIDDAC de Miséria e Desenvolver o Concelho "Merecem" O Voto Contra Do PS, do PSD e Do CDS

No distrito de Castelo Branco a degradação da situação económica, social e ambiental acentua-se. O PCP há muito que chama a atenção para este facto, mas o governo do PS continuar a "assobiar para o lado" não promovendo políticas justas e adequadas que potenciem o investimento, que apoiem o tecido produtivo e as PME, que criem empregos. Não são tomadas as medidas necessárias para fixar as populações, para o travar o envelhecimento, a desertificação e o atraso. Assim constatamos diariamente o aprofundar

das desigualdades sociais, a degradação do nível e qualidade de vida de quem trabalha e a ausência do necessário desenvolvimento.

A governação do PS tem tido resultados desastrosos: o desemprego bem como a precariedade, a injustiça e a exclusão social crescem; aumentam as falências das PME's (estimada em 15% só este ano), o encerramento, paragem e redução de laboração de inúmeras empresas, nomeadamente no sector têxtil (realidade a que o nosso concelho não consegue fugir), nos componentes para automóvel, nas indústrias eléctricas, na metalurgia, na construção, na agro-pecuária, no turismo e restauração, no comércio e serviços.

Aprofunda-se a degradação dos serviços públicos essenciais que continuam a perder dimensão e qualidade e que continuam a encerrar, acentuando os factores de definhamento, desertificação e envelhecimento.

O distrito, bem como o concelho, têm um salário médio, nível de vida, pensões de reforma e poder de compra muito abaixo da média nacional e os juros do crédito, os preços da energia, dos combustíveis e o IVA estrangulam a produção e consumo.

A grave situação económica e social do concelho e do distrito, fruto da política de direita do PS, agrava-se no quadro desta crise do capitalismo. Mas a verdade é que o Governo, que até há pouco negava a chegada da crise à economia portuguesa, tenta agora servir-se da "psicologia da crise" para alijar responsabilidades, persistir na mesma política e fazer pagar a crise aos trabalhadores e às populações.

Neste quadro, o PCP considera que o PIDDAC para o distrito de Castelo Branco e particularmente para o concelho de Belmonte, não responde aos estrangulamentos e défices estruturais que o afectam e compromete ainda mais o futuro porque:

I. Reduz o investimento público (menos 87 milhões E em PIDDAC nestes 4 anos de Governo PS), uma quebra de 68% desde 2005 e de 36% relativamente a 2008 (menos 22 milhões de E).

II. Aprofunda a gestão centralista e centralizadora, a falta de controlo democrático da execução dos investimentos, o clientelismo, a chantagem e a discriminação política, através da institucionalização dos "sacos azuis" e das transferências para Institutos e Empresas Públicas do Estado.

III. O concelho de Belmonte é, com excepção de Proença-a-Nova que não vê qualquer participação incluída, um dos mais desprezados: tem uma "esmola" de, pasme-se, 1000 euros!

É lamentável, mas sintomático, que os deputados e autarcas do PS eleitos no distrito, numa postura de completa subserviência nada digam perante a opção do Governo que castiga o distrito, ficando à espera das migalhas, das negociatas de corredor e de cair eventualmente nas boas graças deste ou daquele ministério! Afinal é assim que os interesses do distrito e do concelho são defendidos?

O PCP NÃO DESISTE! Embora consciente dos princípios do Governo ao "*Sacro Santo Todo Poderoso*" défice, bem expressos no Orçamento de Estado de 2009, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou em sede de discussão do PIDDAC 2009, propostas que procuram responder às necessidades do povo, do país, do distrito e do concelho e contribuir para minimizar efeitos negativos da crise capitalista e da política deste Governo. Relativamente ao concelho de Belmonte as propostas foram estas:

- Ligação do nó Sul da A23 de Belmonte e a Ponte sobre o Rio Zêzere (com a particularidade de ser um projecto que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Cormubeiras);

- Construção de uma nova Ponte em Caria (necessidade há muito reclamada pela população e promessa do PS concelhio há vários anos);

- Electrificação da Linha da Beira Baixa entre Castelo Branco e Guarda (que nem necessita de quaisquer palavras para lembrar a urgência deste investimento, cuja ausência tanta tem penalizado as populações.. .)

Pois. Mas apesar de todas estas propostas serem de inegável importância e importância para o concelho, o PS, o PSD e o CDS votaram contra! Palavras para quê? São "artistas", perdão, Deputados dos partidos chamados do "arco do poder"!

Porque é necessário encontrar um novo rumo, o PCP proclama que é urgente e indispensável encontrar novas soluções e aplicar novas políticas que façam sair o país, distrito, o concelho do atraso e potenciar o caminho do progresso, do desenvolvimento e da justiça social.

O PCP afirma que é necessária, urgente e indispensável a luta, a confiança e a determinação para abrir o caminho a um Portugal com futuro e a uma vida melhor.

É tempo de lutar. É tempo de mudar. É tempo de dar mais força ao PCP!

A eleita do PCP”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“É a altura de fazermos um balanço, embora estejamos num ano de fecho de um ciclo desta legislatura, os indicadores que temos são de facto altamente preocupantes. A situação que Portugal vive é da exclusiva responsabilidade do PS. Os problemas da crise internacional ainda não chegaram a Portugal e todas as consequências que iremos sofrer durante 2009, já poderão ser de alguma forma atribuídas, na sequência da crise internacional. Os problemas que vivemos hoje são da exclusiva responsabilidade da crise nacional. O primeiro-ministro começa a lançar o discurso para a opinião pública que “felizmente que Portugal conseguiu encontrar algumas soluções para sustentar muitas das consequências da crise internacional”, isto é falso, vou dar dois ou três indicadores que testemunham isso.

A posição de Portugal no mundo sobre o ponto de vista dos indicadores económicos, de bem-estar, rendimentos económicos, saúde, educação, em 2004 Portugal estava na posição 25º, no final de 2008 deveremos estar na posição 43º, estes indicadores são apresentados pelo “World Economic Fórum” que é um fórum económico mundial que analisa todos os anos a situação de vários indicadores, ou seja Portugal perdeu em quatro anos 18 lugares, houve 18 países que começaram a viver melhor do que nós. O rendimento por habitante numa escala até 100, em 2004, Portugal estava com 74,7%, em 2008 vamos estar com 73,3%, perdemos quase 2% relativamente aos países da União Europeia. O crescimento do PIB em 2004 era de 1,5%, em 2008 apontava-se para 0,6%, pelo indicador do INE não vai ser este o valor porque vamos ter recessão técnica. O défice externo que em 2004 era 6,1%, vai ser no final de 2008, de 11,1%, a taxa de desemprego era em 2004, era de 6,7% no final de 2008 será de 7,6%. A carga fiscal paga para o Estado sobre o ponto de vista da percentagem do vencimento que recebemos, em 2004 era 33,8%, no final de 2008

será de 38,9%. O aspecto positivo nesta governação é a redução do deficit público que era de 3,4%, em 2004 e será de 2,8%, no final de 2008. Tudo isto é resultado de políticas erradas, que têm vindo a ser de alguma forma apresentadas, na tentativa de serem implementadas, mas muitas delas estão paradas. Focando três ou quatro áreas da nossa administração, na saúde, as reformas pararam por completo, a educação é um autêntico drama que se vive nas nossas escolas, no ensino superior temos assistido à maior descapitalização de sempre, as verbas do orçamento de estado já não chegam para pagar os vencimentos, tem havido um investimento na investigação que é notável, mas não podemos desligar a investigação do ensino superior, e quando isso acontece as coisas não funcionam. Na administração pública, a famosa Lei 12-A, é uma lei extraordinariamente preocupante, porque muitas das suas determinações e do seu articulado coloca nas mãos dos dirigentes máximos poderes inacreditáveis, como exemplo, a progressão na carreira técnica superior vai ter 14 escalões e como sabem 75% dos funcionários públicos tem que ser classificados com Bom o que corresponde a 1 ponto, para se progredir de escalão são precisos 10 pontos ou seja qualquer funcionário público que seja classificado nos 75%, tem que andar 10 anos para acumular 10 pontos para subir de escalão, se começar no escalão mais baixo da carreira técnica superior, vai ter que trabalhar 140 anos para chegar ao escalão máximo, isto é desmotivante para qualquer funcionário, são muitas destas alterações que nos preocupam sob o ponto de vista das consequências na função pública.

Para terminar apenas quero dar nota daquilo que o Governo nos avança sob o ponto de vista da crise internacional que vai chegar brevemente. Abertura de linhas de crédito para tudo, as empresas não precisam de mais linhas de crédito, as empresas estão endividadas, se forem recorrer ao crédito é para se endividarem ainda mais, há que alterar estas políticas, é necessário baixar os impostos, é necessário alterar as cargas fiscais, é necessário aumentar o investimento público para ajudar as empresas a criarem postos de trabalho, criar riqueza directa que nos permita ultrapassar esta situação muito grave que vamos ter durante 2009, 2010 e 2011. Tenhamos consciência disso porque as consequências sobre o ponto vista social vão começar a partir do final de 2009/2010, os indicadores que acabei de apontar e a crise económica ainda não chegou.”

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Acácio Dias.

O Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia, Senhor Presidente da Câmara – Como cidadãos, todos os dias circulamos nas ruas do nosso Concelho. Pensamos, vemos e utilizamos, como se as infra-estruturas existissem por obra das leis da natureza. Efectivamente não é assim. As infra-estruturas que todos os dias utilizam, são nossas, são património municipal que custaram os nossos impostos e o empenho de quem as mandou construir.

Por isso, é um dever de cidadania denunciar a sua degradação provocada por má utilização, por incúria, por abandono e por malvadez. É um dever dos órgãos autárquicos zelar pela sua conservação, pela sua guarda e pela melhoria das condições de utilização.

Neste contexto e fazendo uso do meu dever de cidadania, mas também da minha condição de membro eleito desta digna Assembleia Municipal, chamo a atenção do Exmo. Senhor Presidente do executivo para algumas situações que todos os dias vemos, mas que teimamos em ignorar.

Circulando pelo Concelho, deparamo-nos com contadores de água a vazar, situação que deveria merecer rigorosa vigilância, uma vez que aquele desperdício terá que ser pago por todos nós.

Deparamo-nos com ruas em que a limpeza foi simplesmente ignorada, mantendo – se por vários dias folhas caídas, lixo e terra arrastados pela chuva, etc.

Continuamos a assistir ao estacionamento prolongado de viaturas na via pública.

Continuamos a assistir ao estacionamento em vátios locais da Vila, de camiões de transporte Rodoviário, quando poderíamos ter um parque de estacionamento para acolher essas viaturas.

Continuamos a assistir à degradação da encosta oeste do Castelo de Belmonte. São candeeiros partidos, paredes pintadas, bancos danificados, a fonte com pedras dentro. São seringas, pensos e preservativos abandonados em qualquer lado, constituindo um perigo para a saúde pública. Trata-se de uma infra-estrutura que merece ser mais dignificada, pelo que se solicita uma vigilância mais atenta por parte das autoridades.

Assistimos frequentemente que após a realização de obras de construção ou beneficiação de edificações, os passeios e a via pública ficam danificados, assim se mantendo por vários meses ou até anos. Penso que deveria haver de parte dos serviços municipais um maior rigor na fiscalização dessas situações, não sendo passada a licença de utilização sem que se mostrasse reparada a via pública, ou em alternativa, procederia a Câmara à respectiva reparação e accionaria para isso a respectiva garantia bancária.

Constatei a construção de uma central de lavagem de viaturas em Belmonte. É certo que não tive acesso ao respectivo projecto de construção, pelo que solicito a V. Exa. que informe se do referido projecto consta a estação de tratamento dos fluidos resultantes da lavagem das viaturas ou se serão lançados directamente no colector municipal sem qualquer tratamento. Lembro que os efluentes resultantes dessa actividade são muitos poluentes, com resíduos de óleo, poeira, alcatrão, sabões etc. e que as mesmas só poderão ser autorizadas a funcionar, cumprindo os requisitos legais determinados pelo Ministério do Ambiente.

Chamo portanto a especial atenção de V. Exa. para esta situação.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual a situação em que se encontrava a Revisão do PDM de Belmonte, bem como a Carta Educativa do Concelho de Belmonte.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

Questionou o Senhor Presidente sobre a situação real em que se encontra o Parque Empresarial e Industrial de Belmonte Gare, nomeadamente quantos lotes foram vendidos e qual a taxa de ocupação.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Dulce, a Carta Educativa já está aprovada, em relação à Revisão do PDM está em curso e nós não podemos estabelecer uma data para a sua conclusão, porque não temos autoridade para impor a todos os parceiros que fazem parte da revisão do PDM, uma data.

No que concerne às questões levantadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias, nomeadamente a questão da segurança, iremos oficializar a GNR no sentido de que haja uma vigilância mais apertada para evitar o tipo de situações descritas pelo Senhor Deputado.

Relativamente ao estado das vias públicas e passeios, no seguimento das obras de construção, aquando da emissão da licença de ocupação de via pública o proprietário é notificado no sentido de deixarem o pavimento e os passeios em boas condições, embora por vezes isso não seja muito fácil, mas os serviços de fiscalização tem o cuidado de observar o estado destes no acto de fiscalização, anterior à emissão da licença de utilização. Em relação aos efluentes provenientes da lavagem auto, quero dizer-lhe que todo o processo foi acompanhado pelos serviços técnicos e tal tratamento está descrito no processo de licenciamento, pelo que nem sequer se põe a hipótese de haver negligência neste procedimento, é obvio que os efluentes antes de serem lançados no colector público têm o tratamento adequado, de forma a evitar qualquer tipo de detritos poluentes no colector público.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado José Carlos Gonçalves, o que está efectivamente assumido são sete empresas já instaladas, havendo alguns lotes vendidos pelo que aguardamos pela entrada dos seus processos de licenciamento.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“No ponto de vista do PDM aquilo que constato é que o Senhor Presidente não consegue garantir se estará revisto no próximo ano.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO ANO DE 2008

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar ao Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“Trata-se de um documento de engenharia financeira para ajustamentos de receita previstas não somadas e consequente dedução na despesa, pelo que nós nos iremos abster, mas contudo prevê-se uma descida na receita 691.000,00 euros e no abatimento da despesa consta 699.500,00 euros, pelo que há aqui alguma falha ou algo me está a escapar.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“Nós tínhamos votado contra o orçamento para o ano de 2008, e nesta revisão as correcções que são feitas na receita vêm de encontro às críticas que na altura fazíamos, a receita é corrigida porque, há partida, já era completamente irrealista, no que diz respeito à despesa não entendemos as prioridades que aqui são invocadas, os cortes são feitos essencialmente no investimento, não há cortes nas despesas correntes, o que demonstram claramente a incapacidade da realização da obra prometida, pelo que voto contra esta revisão.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

Disse que a Bancada do PS iria votar favoravelmente o documento em discussão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que naquele momento se registavam 19 presenças.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação da Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008;

A Assembleia deliberou, por maioria, com 12 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, com o voto contra da CDU e 6 abstenções do PSD, aprovar a Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.3 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“Ao estar esta Autarquia, pela primeira vez e sem alternativa, a pôr em prática a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei dos Vínculos Carreiras e Remunerações pensada e aprovada por um governo que se diz de esquerda, um governo do Partido Socialista, não podia a CDU deixar de manifestar o seu repúdio e reafirmar o carácter extremamente retrógrado desta lei, que deixa todos os trabalhadores numa grande instabilidade e precariedade.

A Lei, ao destruir as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública determinando a transformação dos actuais Quadros, em Mapas de Pessoal revistos anualmente e com o critério de cabimentação orçamental a sobrepor-se ao da necessidade real do respectivo posto de trabalho, fará com que o trabalhador a quem se fecha a porta do seu emprego tenha de ingressar num sistema de mobilidade especial, de onde pode nunca mais ter possibilidades de sair e onde as únicas garantias que detém é a da redução paulatina do seu sustento!

Posto isto pergunta-se:

- Há processos de reclassificação de trabalhadores em curso?

Se houver a CDU recomenda à Câmara:

- Face aos constrangimentos que a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro vai colocar à progressão na carreira, levando inclusivamente a que os processos em curso que não sejam concluídos até 31 de Dezembro de 2008 caduquem, que agilize rapidamente todos os procedimentos para que os trabalhadores possam ver cumpridas as legítimas expectativas e os seus direitos na reclassificação profissional, no quadro da actual legislação ainda em vigor!

Quanto à estrutura do Mapa de Pessoal afirmar o seguinte:

Constata-se que do ponto de vista técnico o Mapa está elaborado de forma a permitir uma leitura rápida e transparente acerca do pessoal existente nas diferentes áreas e divisões, o que é positivo.

Reafirma-se que uma câmara não pode funcionar sem técnicos e técnicos superiores devidamente qualificados! No entanto, analisando o Mapa que nos é proposto o que se verifica é que há uma desvalorização clara do sector operacional, designadamente quando a Câmara unicamente prevê a contratação de um único assistente operacional, num quadro em que as carreiras técnicas e técnicas superiores, já são maioritárias relativamente às carreiras operárias.

Num concelho como o de Belmonte, em que desde o ano 2000 se perderam cerca de 700 empregos por via de encerramento das fábricas ou da redução drástica do seu número de trabalhadores, onde praticamente não há indústria, onde o comércio definha e onde os serviços são diminutos, à Câmara compete também um papel activo no combate ao desemprego, empregando e criando emprego.

Por outro lado, não está demonstrado que comprar serviços ao privado fique mais barato ao erário público, muito menos está provado que se consiga maior qualidade no serviço a prestar às populações!

Por fim mais uma vez a autarquia ignorou as estruturas que representam os trabalhadores e segundo apurámos não foram sequer consultadas, o que infelizmente não é novidade: é prática reiterada nesta Câmara. E mesmo que se invoque uma interpretação diversa da lei fica aqui mais uma vez patente que se a CDU fosse poder esse não seria o caminho a percorrer!

Perante o exposto a CDU vota contra o mapa de pessoal para o ano de 2009.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que naquele momento se registavam 20 presenças.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) declarou que a bancada do PSD votaria favoravelmente o mapa de pessoal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Relativamente à intervenção da Senhora Deputada da CDU, a Senhora não pode dizer que não há indústria, temos que reconhecer que por parte do nosso tecido empresarial existe um esforço para manterem as suas unidades a funcionar e sempre com uma atitude de empregabilidade. Em relação à progressão dos funcionários da Câmara Municipal tem-se cumprido com os seus direitos.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“É injusto que se ponham palavras e declarações na minha boca e naquilo que são as declarações da CDU, quando nem de longe nem de perto é essa a intenção das declarações que aqui fiz. É público o que repetidamente o PCP aqui neste concelho tem feito no ponto de vista de apresentar propostas para melhorar esta crise, e são propostas que vão desde a pessoa até a empresa, são propostas para o comércio, para a indústria, são propostas que abrangem todas as áreas.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2009.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar, o Mapa de Pessoal para o ano de 2009, com 12 votos a favor do PS, 7 votos a favor do PSD e com o voto contra da CDU.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.4 – REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

O Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias (PSD):

“Temos na nossa posse para análise, discussão e votação, o documento que representa as ideias base para a gestão e para o desenvolvimento do nosso Concelho, obviamente na óptica deste Executivo. Esse documento chama-se as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009.

Nele deveriam estar contidas as estratégias de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, que levariam ao progresso do nosso Concelho e quiçá, da nossa região.

Prestei a devida atenção ao documento, porque deveria conter as bases daquilo que o Executivo Municipal planeou para este Município, para que os seus habitantes pudessem ter condições para usufruir de uma melhor qualidade de vida quer económica, quer social,

quer lúdica. Que criasse melhores condições de vida e bem-estar para todos. Que reflectisse efectivamente um futuro promissor para os jovens, que lhes pudesse garantir no mínimo condições de trabalho.

Efectivamente, encontrei no documento a promessa de realização de algumas das obras que poderiam contribuir para um desenvolvimento sustentado do Concelho e pelas quais a população há muito reclama.

Senhor Presidente, senhores Membros desta Ilustre Assembleia, quero-vos dizer que para além da leitura e análise deste importante documento, procedi à comparação com outros documentos que o Executivo presidido pelo Exmo. Senhor Amândio Meio nos apresentou em anos anteriores do seu mandato.

Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para os Anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, encontramos obras que agora nos são propostas neste documento de 2009. Não esqueçamos que são passados seis anos sem que as importantes obras não passaram de quimeras. Darei somente alguns exemplos, que outros tantos poderíamos apresentar.

Educação.

Propunha-se em 2004 e anos seguintes, o planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos do Concelho de Belmonte, no sentido de se atingir uma melhor utilização dos recursos educativos.

Nesta área, muito ainda há por concretizar, quer ao nível dos transportes escolares, quer ao nível da racionalização dos recursos existentes, quer às condições de trabalho existentes no centro educativo de Belmonte.

Para Caria, só em 2009 se prevê após a aprovação do projecto, proceder à candidatura da construção do Centro educativo de Caria. Passaram seis anos.

Cultura Desporto e Tempos Livres.

Para 2004 era proposto ser o ano de arranque do complexo desportivo de Belmonte, uma vez que tinham sido ultrapassados os problemas relativos à definição final do projecto e da sua localização.

Passados seis anos, afinal, a localização era outra, encontrando-se agora em fase de construção. De salientar que de um complexo desportivo com várias valências tenhamos passado para um pequeno estádio de Futebol.

Neste documento a novidade será unicamente o lançamento do concurso com vista à construção de Gimnodesportivo de Caria.

Consideramos este item simplesmente pobre. De cultura, desporto e tempos livres, nada mais vemos do que o lançamento de uma obra há muito reclamada.

Onde está o apoio ao resto do desporto? Onde está o apoio à cultura? Onde está o apoio ao lazer e à ocupação dos tempos livres?

Antes do 25 de Abril dava-se ao Povo Futebol, Fátima e Fado.

Hoje continuamos a dar ao Povo do nosso Concelho Futebol e Fátima.

Sei que o Senhor Presidente me irá responder que apoia as colectividades do Concelho, atribuindo-lhes subsídios para as suas actividades, mas não esqueçamos que é preciso incentiva-las, proporcionar-lhes as condições para que se mostrem à população, sob pena de morrerem de inactividade de desinteresse e de tédio. É necessário criar as condições para que desenvolvam as suas actividades no seio da sociedade.

Recuperação Revitalização valorização e Qualificação do nosso Património Cultural.

(O nome é mais longo e pomposo do que todas as obras que se propõe realizar)

No documento de 2004 foi-nos dito que estava em fase de execução o projecto relativo à Biblioteca Municipal da Rede Publica, estando já assinado o protocolo de intenções com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Em 2004 fomos informados de que tinha sido efectuada uma candidatura para a construção do Arquivo Municipal de Belmonte, cujo concurso para elaboração do projecto ocorreria no ano seguinte.

Em 2004 era proposto o desenvolvimento de acções para dotar a Torre de Centum Cellas de um centro de interpretação, para valorizar aquele património.

Neste documento para 2009 continuamos rigorosamente com os mesmos projectos.

Encetar diligências no âmbito do QREN que permitam assegurar a construção da nova Biblioteca Municipal, do Arquivo Municipal de Belmonte, do Centro de Interpretação da Torre de Centum Cellas.

Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia em 2004, aquelas obras eram no documento que nos foi presente, quase realidades. Hoje, em 2009, são meras hipóteses. Exercícios de intenção.

Habitação.

Em 2004 e nos anos seguintes, foi-nos prometido o lançamento da venda de lotes do Olival Grande, o que permitiria efectivamente criar ocupação de mão-de-obra e fixação de pessoas no Concelho. Se realmente fosse feito naquela altura teria viabilidade. Hoje, com a crise que nos assola, coloco imensas reservas.

Passados seis anos, a Urbanização do Bairro do Olival Grande, continua somente a servir de suporte à rubrica de Receita de Capital deste documento. Porém, desde a conclusão da urbanização em 2004 até hoje, não foi colocado à disposição da população qualquer lote, pese embora a maqueta que em tempos esteve exposta no átrio desta Câmara.

Lembro-me ainda da correspondência enviada aos municípios, oferecendo lotes para construção, bem como para aquisição de moradias a preços controlados.

Onde estão? Qual a utilidade dessas ofertas que nunca foram concretizadas?

Urbanização.

O Ano de 2004, seria também o ano dedicado à revisão do Plano Director Municipal.

Porém, até hoje, sobre o Plano Director Municipal, apesar dos nossos insistentes pedidos de informação, não temos até ao momento qualquer resposta senão a que nos é dada neste documento que refere em abstracto: «pensamos estar em condições de concluir a Revisão do PDM de Belmonte» Não sabemos quando e estranhámos tal afirmação que não se coaduna com a discussão pública que aquele documento certamente há-de ter.

Abastecimento de Água.

O Abastecimento de Água em alta, foi cedido às Águas do Zêzere e Côa, opção com a qual não posso de maneira alguma concordar em absoluto.

Aquela empresa tem uma estrutura pesadíssima, a qual terá obviamente custos elevados.

Esses custos terão obviamente que ser pagos pelo fornecimento da água em alta às Autarquias, que estas por sua vez distribuirão em baixa às populações.

Consequentemente, será o consumidor cidadão a pagar não só o precioso líquido e o seu tratamento, mas também a estrutura pesada e com elevados salários dos administradores daquela empresa. Sabemos como é.

Chamo a especial atenção para o facto de actualmente o preço do metro cúbico fornecido em alta à Autarquia custar cerca de 50 cêntimos de euro, com actualização anual.

A que preço irá a breve trecho pagar a água? Estejamos cientes de que brevemente a água em Belmonte custará quatro ou cinco vezes o preço actual.

Veremos. Com o aproveitamento integral das infra-estruturas existentes em Aldeia de Souto e com os recursos do Rio Zêzere, poderíamos certamente ter água em condições mais vantajosas. O futuro o dirá. Nessa altura o Senhor Presidente será outro e estará hipotecada esta ou outra alternativa.

Acessibilidades.

Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2004, a aposta ia no sentido de assegurar o financiamento para que a construção da Via Estruturante Oeste a Belmonte e a via

Alternativa à Rua Pedro Alvares Cabral, cujos projectos estavam em fase adiantada de execução.

Noutros documentos mais recentes foi prometida a nova ponte sobre o rio Zêzere, a Via Colectora Urbana de Caria, a Ponte sobre a ribeira de Caria, a central de Camionagem, o espaço para feiras e mercados, etc.

Em 2009 continuamos a ter a promessa de desenvolvimento de esforços para obter o financiamento da Rede Viária Municipal Colectora Urbana da Vila de Belmonte, da ligação à A 23, da ponte de Caria e de toadas as que ficaram por realizar.

Promessas.

Para concretizar o que ficou exposto bastará consultar o documento de suporte às grandes opções do plano do ano de 2009. Darei somente alguns exemplos de que o que nos é proposto não é realizável.

Construção do Centro Educativo de Caria 330 000,00 € definido 25 000,00 €

Aquisição de Edifícios 51 000,00 € definido 1 000,00 €

Construção da Biblioteca Municipal 805 000,00 € definido 1 000,00 €

Arquivo Municipal 745000,00 € definido 1 000,00 €

Construção de Centro Cultural 2 900 000,00 € definido 1 000,00 €

Construção do Centro do conhecimento 1 500 000,00 € definido 1 000,00 €

Centro de interpretação de Centum Cellas 185 000,00 € definido 5 000,00 €

Recuperação das antigas Judiarias 401 000,00 € definido 1 000,00 €

Caminhos Históricos 251 000,00 € definido 1 000,00 €

Gimnodesportivo de Caria 1280 000,00 € definido 640 000,00 €

Parque empresarial de Caria 855 000,00 € definido 1 000,00 €

Parque para mercados e feiras 1 000,00 €

Parque de exposições 5 000 000,00 € definido 5 000,00 €

Rede Rodoviária de Belmonte 3 950 000,00 € definido 5 000,00 €

Rede Rodoviária Caria 630 000,00 € definido 5 000,00 €

Centro coordenador de transportes 610 000,00 € definido 1 000,00 €

Como se pode daí concluir, nenhuma destas obras será para realizar. É um mero exercício de intenções.

Concluindo: Continuamos com a apresentação a esta Assembleia de documentos que o Exmo. Executivo tem plena consciência de que não são exequíveis. São meras promessas sem qualquer suporte.

Este executivo não trabalhou junto das estâncias superiores no sentido de obter as verbas necessárias para a realização das obras que permitiriam o desenvolvimento do nosso Concelho.

Este Executivo não trabalhou na procura de indústrias que contribuíssem para empregar a mão-de-obra existente no Concelho.

Geriu as receitas a que o Município tinha direito sem procurar outras fontes de financiamento para as grandes obras necessárias.

Pavimentou alguns caminhos agrícolas aqui e acolá de acordo com as suas convicções pessoais.

Atribuiu subsídios às associações desportivas e culturais de acordo com os seus critérios ou com as suas simpatias e não em função do seu plano de actividades.

Sabendo que somos um Concelho algo envelhecido, patrocina constantes passeios de charme aos eleitores idosos, à custa dos dinheiros do Município, sabendo nós que os usufrutuários desses passeios são quase sempre os mesmos. Melhor seria que esses recursos fossem utilizados na ajuda a quem realmente necessita.

Este Executivo não teve uma preocupação de gestão dos recursos humanos deste Município.

Este Executivo preocupa-se em embelezar a Rua Pedro Alvares Cabral, esquecendo-se que as pessoas que nos visitam passam também por outras ruas que nem sempre se encontram devidamente limpas. Esquece que há mais ruas para além da Rua Pedro Alvares Cabral. Vemos com frequência os cantoneiros de limpeza municipal sempre nos mesmos sítios, enquanto que outras ruas da Vila se encontram por vezes meses com folhas caídas, com papéis no chão, com terra que as chuvas arrastaram, etc.

Análise do Orçamento.

É também esta Assembleia chamada a pronunciar-se sobre o Orçamento para o Ano de 2009.

Analisado o seu conteúdo, merece-nos sérias reservas, uma vez que nalgumas rubricas não é claro.

Valores de relevante montante continuam sem especificação, sendo orçamentadas nas Rubricas «outras» ou «diversos».

Passarei a dar alguns exemplos:

Verba 08019999 Outras Receitas Correntes – Diversas 64000,00 €

Verba 09040103 Venda de Bens de Investimento – Outras 1507281,00 €

Verba 10030199 Transferências de Capital - Outras - 630288,00 €

As receitas correntes são quase na sua totalidade absorvidas pelos custos com pessoal e despesas de funcionamento.

Não tem havido por parte do Exmo. Executivo a preocupação de ampliar as receitas correntes do Município, proporcionando assim uma maior folga orçamental.

Por outro lado, para uma Receita de Capital global de 8 818 736,00 €, contamos com um valor de 1 570 993,00 € provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Tudo o resto são valores empíricos provenientes da venda de terrenos, maquinaria, Sociedades Financeiras – Outras e um financiamento de 687 596,00 €

Que terrenos se propõem alienar? Que edifícios se propõe Alienar? Que maquinaria se propõe alienar? Que participações financeiras se propõem alienar?

Concluimos, analisado o documento, que o único valor realmente definido e certo, será o valor proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Sendo certo que a realização das receitas provenientes da alienação dos bens de investimento que nos é proposta não se nos afigura credível porque não realizável, fica obviamente prejudicado este orçamento na sua vertente de Despesas de Capital, pelo que mesmo as obras que se propõe realizar e com financiamento definido, serão certamente adiadas.

E mesmo para concluir, lamentamos que a população do nosso Concelho não tenha conhecimento pleno das intervenções e das propostas nesta Assembleia Municipal.

Como as pessoas não assistem às Assembleias cabe à comunicação social levar até aos Municípios essa informação. Estamos convictos de que o fará plenamente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, o PSD apresentaria um documento completamente diferente, até porque a nossa visão para o futuro é outra.”

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“Gostaria na apreciação das Grandes Opções para o ano de 2009 de ser esclarecida em algumas questões. Apoio à natalidade 25.000,00€ a que se refere esse apoio? Onde está a listagem do Património Municipal que suporta esta previsão de receita, o que são as sociedades e quais sociedades não financeiras que detêm valores absurdos?

Em relação à apreciação em si deste documento.

Já a pensar nas eleições de 2009, o orçamento municipal do PS, o último deste mandato, propõe-se fazer agora o que não conseguiu em fazer em sete. Ora pois! Em ano de crise orçamentar mais de 3 milhões e 500 mil E que em 2008 é obra será, será mas da caça ao voto!

Contudo, e como não há bela sem senão, a Câmara recorre ao truque de sempre. Ou seja, inflacionam-se as receitas, e depois prevêm-se despesas e mais despesas, as mesmas que, quando escarpelizadas, destapam uma gestão municipal sem credibilidade, sem rigor e incapaz de dar resposta aos problemas do município, das famílias, das empresas e dos trabalhadores.

Na verdade, por mais esforço que façamos, ninguém, a não ser este executivo claro, consegue vislumbrar onde sustenta a Câmara uma previsão global de receita de capital relativamente a 2008 de mais 2 milhões e 300 mil euros. O mais ilustrativo é que só no capítulo Venda de Bens de Investimento, a receita prevista, quando comparada com 2008 sobe mais de 4 milhões de euros! Onde vai pois a Câmara buscar o dinheiro? Onde está aliás a listagem do património municipal, terrenos e edifícios que suporta esta previsão de receita? O que vai vender? Pergunta-se ainda: que rigor existe quando logo a seguir ao item Maquinaria e Equipamento (pág. 4), se inscreve uma receita de mais de 1 milhão e 500 mil euros em Outros! Estas são contas que deviam ser explicadas, caso contrário só podemos concluir o óbvio, ou seja, que estes números são completamente irrealistas e demagógicos. Pois se é verdade que, tal como o Exmo. Vice-Presidente de Câmara afirmou, na verdade, o papel comporta tudo...a realidade não, bem pelo contrário!

Se no domínio das Receitas o rigor é o que se vê, no âmbito das Despesas, há aspectos muito negativos, desde logo no campo das despesas correntes na vertente do Pessoal Contratado a Termo, ou seja, da precariedade, onde a verba de 172 mil euros é três mais vezes mais da que foi orçamentada em 2008.

No plano dos investimentos e do financiamento definido, a palavra de ordem é, nada de novo, e senão vejamos:

- Pré-Escolar – 3500 €
- Ensino Básico – 152 mil €
- Acção Social Escolar – 59 500 €
- Habitação - 1 milhão 188 mil € sendo que cerca de metade é para investir numa só obra, Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho, cuja relação custo benefício sobretudo no quadro actual não pode deixar de ser questionado;
- Apoio ao Desenvolvimento Económico – 1000€
- Construção de Parque Regional de Feiras e Exposições – 5000€
- Rede Rodoviária Municipal Colectora Urbana Vila de Belmonte – 5000€
- Vila de Caria – 5000€
- Centro de Interpretação Centum Cellas surge com 5000€ definidos.
- A Biblioteca, Arquivo Municipal, Centro de Congressos e Centro do Conhecimento, Parque de Feiras e Mercados e Centro Coordenador de Transportes têm um financiamento definido de 1000€
- O Clube do Emprego foi-se!

Na Acção Social, apesar da importância da construção dos Centros de Dia, a verdade é que as verbas previstas são nos dias de hoje muito insuficientes tendo em conta que a população idosa é como sabemos a que maior risco de pobreza enfrenta. Nesse sentido, que avaliação tem sido feita da implementação do denominado Cartão Social +? Como se explica que a verba prevista para o turismo sénior seja praticamente a mesma no apoio às despesas com saúde?

No que diz respeito aos jovens, o mínimo que se pode dizer é que as políticas de juventude envelheceram há muito...2 500 euros para um cartão? ...mais palavras para quê?

No plano das transferências regista-se um crescimento das verbas destinadas à empresa municipal que recebe um total de 200 mil t. Pela nossa parte continuamos a defender a extinção desta estrutura salvaguardando os direitos dos respectivos trabalhadores. Sendo a Câmara a principal financiadora e cliente da empresa que sentido tem prolongar a existência desta entidade senão a de satisfazer alguma clientela política?

Quanto às freguesias, de que vale a afirmação de que este Plano contempla tudo o que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia reivindicam quando se verifica que as transferências correntes diminuem e as de capital caem quase para metade relativamente a 2008. Das duas uma, ou os Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia se deixaram contagiar pela inércia da Câmara ou então a Câmara prometeu às Juntas de Freguesia o que não vai fazer.

Por último, este Orçamento continua a contemplar verbas significativas inscritas em Outros, cuja opacidade permite antever uma discricionariedade na utilização dos dinheiros públicos incompatível com uma gestão municipal rigorosa e transparente.

Este é um Plano e um Orçamento irrealista, opaco, cheio de promessas em que não acredita, revelador de uma confrangedora incapacidade para encontrar respostas para as dificuldades das famílias e das empresas, muito insuficiente no plano social e vocacionado única e exclusivamente para a manutenção do poder que é isso que verdadeiramente preocupa esta maioria.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, António Manuel Gonçalves Rodrigues:

“A bancada do PS entende que este plano é um plano de intenções. Nós acreditamos que foi feito com seriedade pelo que votaremos favoravelmente.”

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Dulce, gostava de esclarecer que relativamente à Junta de Freguesia de Belmonte o Senhor Presidente teve o cuidado de conversar comigo sobre quais as prioridades e preocupações para a freguesia de Belmonte. No que concerne à ligação ao Nó Sul da A23 – Malpique é um desejo não só da Junta de Freguesia de Belmonte, mas também de todos os presentes nesta assembleia, e foi-me garantido pelo Senhor Presidente que no seguimento de uma reunião feita em Gonçalo onde foram apresentados os projectos, que o projecto de ligação ao Nó Sul da A23 – Malpique estava no bom caminho para a sua realização.

Relativamente à questão do Complexo Desportivo levantada pelo Senhor Dias, cabe-me dizer que, como Belmontense e Presidente de Junta de Freguesia, de facto não vamos ter um complexo desportivo, vamos ter um campo de futebol, mas é uma obra que nos orgulha muito porque é um desejo muito antigo e muito bem-vindo.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“Numa análise global que nos parece completamente desfasada da realidade, quem elaborou este documento provavelmente não tinha em mente a situação preocupante, que vai ser 2009, sob o ponto de vista das consequências económicas. Este documento no que diz respeito de facto àquilo que deveria ser prioridade deste executivo para o próximo ano,

que tem a ver com o desenvolvimento económico e políticas para a juventude, seria fundamental que as autarquias previssem para 2009, em situação de excepção, o combate à crise económica e objectivamente, não há nada de concreto para que se possa minimizar as suas consequências e impacto.

Seria também importante ver num documento medidas concretas que permitissem ultrapassar este marasmo em que caiu o parque empresarial, dos 24 lotes houve 5 novas empresas que se instalaram, houve duas transferências, uma esta em negociação, grosso modo estamos a menos de metade da capacidade de ocupação e utilização deste parque empresarial, o que é mau. Sabemos que muitas delas é consequência da incapacidade do nosso próprio tecido económico mas, por outro lado é também de certeza incapacidade do executivo municipal em conseguir criar condições de apetência, para que os empresários entendam Belmonte mais favorável do que outros concelhos para investir, e para isso é necessário criar dinâmica, é preciso desenvolver a inovação, não vemos nada de medidas que permitam ultrapassar este problema. Por isso fica claro que é de uma enorme coerência a estratégia que este executivo desenvolve, é um concelho cada vez mais envelhecido e o futuro está cada vez mais comprometido, pelo que o PSD vota contra o documento apresentado.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Em relação à intervenção do Senhor Dias queria dizer-lhe que na área da educação fomos pioneiros na criação do Centro Educativo, no Distrito.

Em relação ao desporto está a ser criado um estádio com as medidas regulamentares para a prática desportiva e todas as localidades do concelho têm um polidesportivo, para quem o desejar utilizar.

Na cultura foi feito um grande investimento e a prova disso foi a criação dos museus.

Nas iniciativas associativas foram gastos cerca de 200 mil euros, não pode dizer que não há apoio.

No que concerne a habitação é do conhecimento de todos que existem vários loteamentos municipais à disposição da população.

O Plano de Actividades é um plano de intenções, as rubricas estão orçamentadas com verbas diminutas, para que possam estar disponíveis para possíveis candidaturas. A estratégia do orçamento é bem clara é um plano e orçamento transparente.

Em relação à capacidade de captação de financiamento, queria dizer que no último ano recebemos cerca de 60% de financiamento externo, que não estava previsto, o que revela uma grande capacidade de captação de investimento fora do nosso orçamento.

No que concerne à limpeza das vias públicas aumentamos o número de funcionários nesta área o que demonstra a nossa preocupação.

Nas despesas com pessoal o Município de Belmonte é o segundo município do país que gasta menos dinheiro *per capita* com pessoal.

Em relação à questão colocada pela Senhora Deputada Dulce Pinheiro no que concerne à natalidade, prende-se com um apoio financeiro que a câmara irá disponibilizar para o pagamento do enxoval do nascimento do primeiro filho, o município pretende ainda majorar os abonos de família em 100% em caso do segundo filho, e em 200% no caso do terceiro filho, este apoio é dado às crianças do 1 ano até aos 6 anos. O objectivo é dar algum apoio às famílias mais carenciadas.

Relativamente às juntas de freguesia este orçamento foi feito em articulação com as necessidades destas.

No que concerne à listagem do património há um inventário permanente e está disponível para consulta.

O Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias (PSD):

“Na é minha intenção estar aqui desprestigiar o Senhor Presidente do executivo municipal, mas sim chamar atenção a esta assembleia para alguns pontos que me parece que não estão adequados à boa gestão deste município. Começando pelos polidesportivos, se estes estão adequados à prática desportiva então porque razão, as equipas que disputam o campeonato distrital de futsal têm que fazer os seus jogos no Gimnodesportivo? Será que estes estão homologados?

Chamo a atenção para o diferencial daquilo que a câmara paga pelo abastecimento da água e o valor que cobra aos munícipes pelo fornecimento desta.

Relativamente às obras orçamentadas neste plano de actividades a linguagem intrínseca no documento, é uma linguagem afirmativa, as obras que lá estão referidas são afirmativas não são hipotéticas, temos que ter um certo cuidado com a linguagem que se utiliza.

Nos custos com o pessoal há que ter em consideração que são os custos com o pessoal do quadro permanente, com o pessoal contratado e as avenças.”

O Senhor Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias:

“No que concerne às obras a figurar no plano e orçamento para 2009, relativamente à freguesia que presido, tenho a dizer que foram planeadas de acordo com as necessidades da freguesia e de acordo com a disponibilidade por parte da câmara municipal, ou seja não houve aqui nenhuma imposição por parte do executivo, mas é claro que todos os presidentes gostariam de ter mais obra nas suas freguesias, também é obvio que temos de nos sujeitar àquilo que é possível, não podemos estar a exigir mais esforço financeiro por parte do executivo tendo em conta a situação financeira do país.”

O Senhor Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes (PS):

“Queria apenas esclarecer algumas questões colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias que me parece não ter ficado muito elucidado com algumas rubricas que figuram neste documento, nomeadamente em relação à educação, tive a oportunidade de visitar uma das salas do centro educativo e pude constatar que as salas estão muito bem equipadas, pelo que não vejo razão em algumas observações que aqui foram focadas.”

Em relação às despesas com o pessoal tem um peso de 31,8% da despesa corrente o que em nada me parece exagero”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação do Plano e Orçamento para o ano de 2009.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar, Plano e Orçamento para o ano de 2009, com 12 votos a favor do PS e um voto a favor do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, contra 7 votos do PSD e da CDU.

4.5 – RTSE – REGIÃO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA – PROPOSTA DE ESTATUTOS DO TURISMO DA REGIÃO DA SERRA DA ESTRELA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Dulce Pinheiro.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“Gostaria de saber quais foram os municípios que já aderiram à Região de Turismo da Serra da Estrela?

Iremos votar contra estes estatutos porque têm no seu cerne uma lei com a qual não estamos a favor. Foi público que a alteração das regiões de turismo em Portugal não foi um processo consensual e em que os pareceres e as pessoas envolvidas não foram devidamente

consultadas. Depois vem o governo invocar um Programa de Reorganização da Administração Central do Estado para fazer a alteração das estruturas das regiões de turismo, quando daquilo que se sabe as regiões de turismo não fazem parte da administração central do estado, este é um acto sem precedentes no desvirtuamento da natureza das regiões de turismo.

A lei que suporta este estatutos que é a Lei 67/2008, protagoniza um dos grandes ataques à autonomia do poder local, porque lhes retira competências e governamentaliza as regiões de turismo e entrega também o turismo aos grandes interesses económicos do sector, esmagando pura e simplesmente aquilo que são as pequenas e médias empresas deste sector.

O financiamento é feito na base das regras de auto financiamento.

Há também uma desvalorização da componente ambiental, em lado nenhum se verifica se associações ou actividades ligadas à componente ambiental sejam chamadas a entrevir.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“Tratando-se de um documento técnico que decorre da legislação que lhe serve de suporte, levantam-se-nos aqui algumas dúvidas sobre o ponto de vista dos representantes desta assembleia-geral, uma vez que se estão a colocar em pé de igualdade representantes de organismos e de instituições quem englobam de uma maneira geral interesses públicos, com empresas privadas, nomeadamente a Turiestrela e a Malcatur, não conseguimos entender o porquê desta selecção de entidades e representantes, não nos parece muito transparente esta situação. Temos também algumas reservas sobre o ponto de vista da capacidade de dinamização por parte deste novo organismo. Obviamente entendemos numa perspectiva de município que não podemos estar fora desta organização pese embora as críticas que possam ser levadas à lei que está em vigor mas num estado direito as maiorias fazem prevalecer as suas intenções e nessa perspectiva votaremos favoravelmente o documento.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Queria esclarecer que não participamos na discussão desta proposta, foi decidido pela comissão instaladora que foi nomeada para o efeito e propôs aos municípios esta proposta de estatutos.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

Disse que a bancada do PS iria votar favoravelmente o documento em discussão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação da Proposta de Estatutos do Turismo da Região da Serra da Estrela.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar, Proposta de Estatutos do Turismo da Região da Serra da Estrela, com 19 votos a favor do PS e do PSD e com o voto contra da CDU.

4.6 – APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA CORMUBEIRAS.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Dulce Pinheiro.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

“Há três ou quatro aspectos que nos levam a votar contra.

Em primeiro lugar este modelo obriga a uma associação de carácter obrigatório, dentro daquilo que é a NUTII, poderá haver aqui um carácter de inconstitucional quando obriga a associação municipal a cingir-se a uma determinada área com carácter obrigatório.

Em segundo lugar as competências que estão remetidas para a Comunidade Intermunicipal são competências de coordenação, de articulação, no fundo estas entidades são depositárias de tarefas e responsabilidades a transferir da administração central, mais uma vez parece que se regionaliza, mas não, porque tudo aquilo que for a decisão tem que emanar de directrizes nacionais e pouco fica de autonomia para as regiões poderem decidir.

Em terceiro lugar o modelo de constituição dos órgãos, em que o órgão deliberativo não assegura a representação das forças presentes neste órgão.

Em quarto lugar a questão do financiamento, o que é proposto são as transferências de estado, são um mero «engodo» porque as verbas serão distribuídas por quem tiver mais votos e mais influência. Pelo que votaremos contra.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“É uma proposta de alteração de estatutos que decorre de um total desvirtuamento do que foi em 2003 o lançamento da legislação base, que estava por detrás deste modelo de organização municipal e intermunicipal. O entender que estes municípios continuam a confiar nesta organização sobre o ponto de vista da apresentação de projectos conjuntos para financiamento no novo quadro comunitário, seria de facto útil a manutenção desta estrutura e nessa perspectiva votaremos favoravelmente o documento, mas ficamos na expectativa, no que esta organização poderá conseguir sobre o ponto de vistas destes financiamentos transversais e municipais que sejam uma mais-valia para o desenvolvimento económico, que se espera para estes concelhos.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

Disse que se ia abster da votação.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação da Alteração dos Estatutos da Cormubeiras.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar, Alteração dos Estatutos da Cormubeiras, com 18 votos a favor do PS e do PSD, com o voto contra da CDU e com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

4.7 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE NA COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO 11 DA LEI 45/2008.

O Senhor Presidente da Assembleia.

“Queria antes de mais esclarecer que só o PS e o PSD podem eleger membros para a comissão intermunicipal. Para agilizar esta votação houve um acordo prévio e segundo o método de hondt vamos propor uma lista à votação que é composta em primeiro lugar pelo Senhor António Manuel Evaristo Duarte do PS, António Luís Nave D` Elvas PSD, Alfredo Guerra Martins pelo PS, como suplentes Eduardo Carlos Gomes do PS, Acácio Nunes Bernardo Dias pelo PSD e Artur Alberto Mendes Elvas pelo PS. A lista será denominada por lista A.

A Assembleia deliberou, por maioria, eleger a lista A, com 13 votos a favor e 2 votos em branco.

2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente.

O Senhor José de Sousa Fernandes.

“Mais uma vez venho a esta assembleia reivindicar o direito a que cada cidadão tem, o direito à tranquilidade, o direito a passar os restos dos dias com alguma qualidade de vida. Foi nessa perspectiva que me instalei numa propriedade agrícola deste concelho, num lugar aparentemente tranquilo, um sítio sem poluição, mas não é isso que se verifica. Uma vez que esta autarquia licenciou um parque de sucata, uma fonte de poluição um atentado ambiental junto á minha propriedade. Por isto tudo, questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal se não existe neste concelho um Plano Ambiental que defina os locais onde podem ser instalados este tipo de infraestruturas, onde este tipo de actividade possa ser exercida sem prejudicar terceiros.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal.

“Relativamente ao problema colocado pelo Senhor José Fernandes, cabe informar que este problema vem no seguimento de uma lacuna em termos de ordenamento do território, pois não existiam no Concelho de Belmonte áreas definidas para instalação de Parques de Sucata. Feitas várias diligências e solicitados os pareceres convenientes para este tipo de actividade, nomeadamente por parte da CCDRC, obteve-se parecer favorável. Relativamente ao ruído proveniente daquelas instalações, quero esclarecer que foram feitas medições que atestam não haver irregularidades.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues na qualidade de munícipe.

“Queria desejar um feliz natal e um próspero ano novo a todos os presentes.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário